

## OS HERÓIS BIOGRAFADOS E O ENSINO DE HISTÓRIA: DE UMA HISTÓRIA “MAESTRA VITAE” A UMA HISTÓRIA-PROBLEMA

KARLA CRISTINE RODRIGUES

Universidade Federal do Ceará- Graduanda em História  
Bolsista PIBID/CAPEES. E-mail: karlacristine@alu.ufc.br

### Introdução

O presente texto tem como objetivo refletir sobre os usos da memória no Ensino de História, e, sobretudo no que toca a construção de heróis, tão presente quando se pensa sobre História. Levando em consideração as mudanças que aconteceram nos últimos anos no fazer historiográfico, partindo da ideia da história-problema, perspectiva que confere à História uma atitude crítica diante da sociedade.

O interesse em estudar esse tema surgiu de uma curiosidade a respeito da eleição desses heróis, como eles chegaram ali ou são escolhidos, e da percepção de que a Escrita da História foi – e ainda é em alguns lugares – permeada pelos eleitos heróis. Entendemos também que sempre havia o herói para cada história, sobretudo, quando esta servia como exemplo- a chamada “*História Maestra Vitae*”.

Outro fator que estimulou o gosto pela temática foi o contato que tive com documentações do período da Ditadura-Civil-Militar, principalmente os livros de Educação Moral e Cívica. Neles essa temática dos heróis ficava muito evidente. Aqueles livros escolhiam seus heróis, seu “Panteão Cívico”, não se pode falar em Educação Moral e Cívica e não citar os heróis que serviam de exemplo. Até mesmo a geração que nasceu em 1990 – e aqui eu me incluo – herdou essa maneira de pensar a História, os exemplos deveriam ser apreendidos, fica fácil lembrar-nos de alguns exercícios de colagem onde deveríamos pesquisar a biografia de determinado personagem da História, e escrever um pequeno texto privilegiando seus feitos.

No livro *Moral e Cívismo IV* (BRAZ, 1978.) em um capítulo onde se falava sobre “Três exemplos dignificantes”, existe o lembrete: “Exemplos valem mais do que conselhos. Obras valem mais do que palavras.” A leitura dessa frase me instigou a pensar sobre a História que aparecia ali, já que existe uma conexão entre essa frase e a História dita Tradicional – aquela focada nos grandes feitos e grandes homens – ou como também é conhecida: de datas e fatos.

Existem maneiras de nos relacionarmos com o passado, como esse passado é apreendido determina o seu caráter. (LOWENTHAL, 1998) É necessário refletir sobre as maneiras como se olha para o passado. Algumas delas são História e a Memória, e necessário entender as distâncias e aproximações entre as duas. A memória é sempre suspeita para a História, e o historiador/ professor deve pensar ela enquanto fonte histórica. Para tanto seria necessário estabelecer as diferenças entre História e Memória, diferenças estas que devem ficar claras em sala de aula.

*Afinal, o papel da História não reside na valorização das memórias, mas no (re) pensar sobre os modos pelos quais as pessoas, em determinadas circunstâncias, assumem certas maneiras de configurar o passado, presente e futuro. (RIOS, LOPES, 2010, p.221).*

A memória foi durante muito tempo vista como passiva algo que vinha de formar natural. Hoje os historiadores (dentre outros ramos do conhecimento) entendem a necessidade de problematizar essas memórias que são plurais e seletivas.

Entendendo a historicidade dos “trabalhos da memória”, e, sobretudo, enquanto ações sociais que são parte de disputas de poder a partir de uma demanda do presente que rememora, ou que constrói determinada memória, estabelecendo conexões com passado e futuro. A memória assim assume uma forma ativa e dinâmica, são os processos de construção de memórias bem como o jogo entre elas. Podendo assim ser para História uma fonte de reflexão,

uma vez, que tem sua dimensão social e está sempre limitada em um espaço e um tempo.

Alguns aspectos são relevantes para as pesquisas em História que refletem sobre e a partir das memórias, partindo da ideia de que existe uma historicidade da construção social da memória podemos pensar com alguns autores. Um deles é David Lowenthal que nos traz a natureza subjetiva da memória, no texto “Como conhecemos o passado” (LOWENTHAL, 1998); nesse texto clássico o autor discutiu as maneiras pelas quais o passado é apreendido, e como ele mesmo escreve, as maneiras como esse passado é apreendido determina o seu caráter. Recordar-se à luz do presente, o passado é selecionado a partir de demandas de quem lembra, são os então os “usos do passado” que são pensados a partir desses problemas levantados por Lowenthal.

Outro autor que se dedicou a pensar sobre a memória foi Pierre Nora, no texto “Entre a Memória e História: A problemática dos lugares” o autor escreve um pouco sobre a ideia de cristalização da memória em lugares (suportes da memória, lugares onde ela se ancora); entendendo lugares em seus três sentidos: material, simbólico e funcional. Nora fala que esses lugares “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13) Se eles estão ali e aqui, houve em algum tempo e espaço a necessidade de criá-los.

Em citação muito elucidativa Pierre Nora nos faz refletir sobre as diferenças entre História e Memória, entendê-las é essencial para utilizar a memória como fonte de reflexão para a História:

*A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história,*

porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993,p.9 )

Se a memória é seletiva essa ação tem um sujeito (ou grupo), no caso da análise do presente trabalho, a ideia e a construção de uma memória nacional, uma vez que os heróis nacionais fazem parte dessa construção. Portanto nosso olhar se volta a uma memória oficial. Joel Candau, quando discute as relações presentes entre a “memória e identidade” traz essa ideia de orgulho nacional e como ele diz uma “prosopopeia memorial” onde se enaltece personagens dignos de imitação, “emulação de grandes homens do passado” (CANDAU: 2011, p.143)

### **Os Heróis e o Ensino de História**

Nosso foco no presente estudo é pensar a construção de heróis que acontecem em determinadas conjunturas de tempo e espaço. Entendo que a maneira como se elege esses heróis (ou a própria existência deles) dar a ver uma perspectiva própria de pensar a História, de olhar o passado. Pensando junto com François Hartog (2006), poderíamos entendê-la como situada em um “regime de historicidade”, no caso o Antigo Regime, uma vez que tem como base o passado, e que este vem à tona como exemplar.

Se a História e a Memória durante muito tempo se confundiram, e por isso destacamos anteriormente, a necessidade de diferenciá-las; como essa relação desenvolve dentro do Ensino de História?

Segundo Ivo Matozzi:

Para poder admitir a memória como objeto de atenção didática nos processos de ensino e de compreensão, é necessário conceber a história como disciplina, isto é, incluir também o método, e, além dos conhecimentos e dos procedimentos do trabalho historiográfico, as operações cognitivas e práticas que o fazem possível. (MATOZZI: 2008, p.13)

A questão não é fazer dos estudantes pequenos historiadores, mas de trazer o método histórico para as discussões realizadas em sala de aula, entendendo, sobretudo, que a História estuda os homens no tempo.

O conhecimento prévio dos alunos é, portanto, de grande importância para a construção da aula de história, uma vez que, o contato deles com o que seria História acontece fora da sala de aula também, e aí é necessária a intervenção do professor ao pensar junto com os alunos as suas ideias prévias. Como conclui Selva Guimarães “Ensinar História não é apenas repetir, reproduzir conhecimentos eruditos produzidos noutros espaços: existe também uma produção escolar.” (SILVA; FONSECA, 2010, p.14) Se a História é o estudo do homem no tempo, o tempo também deve ser foco no ensino de História.

Segundo Rosi Terezinha:

*A temporalidade funciona como um instrumento de interpretação de experiências do passado e uma compreensão do presente; e, a ‘competência futura’ é a habilidade para utilizar a interpretação do passado, analisar a situação presente e projetar um curso de ação futura (GERVAERD, 2009, p.142)*

No caso das construções de memórias, elas devem ser pensadas em sua temporalidade. Entendendo as mesmas enquanto ações sociais que são parte de disputas de poder, a partir de uma demanda do presente que rememora, ou que constrói determinada memória, estabelecendo conexões com passado e futuro. Para que o estudante de história tenha consciência dessas diversas temporalidades.

Segundo Jörn Rüsen: a aprendizagem histórica é a “consciência humana se relacionando com o tempo, experimentando o tempo, para ele ter algum significado, adquirindo a competência de dar sentido (significado) ao tempo e desenvolvendo essa competência” (APUD: GERVAERD: 2009: RUSEN,1993, p.85)

O pretérito é pensado hoje como invenção, olha-se para o passado com o olhar do presente. É muito importante refletir sobre as maneiras pelas quais sujeitos se apropriam do que entendem como passado, uma vez que, o uso que se dá ao passado diz muito do presente de quem o representa. Sem deixar de levar em conta a relação passado presente e futuro, já que muitas vezes o passado é usado com fins de legitimação.

Cada época constrói sua memória e seus heróis (...). A memória lança mão de uma narrativa tradicional sobre o passado, explica a origem, os feitos e as glórias dos heróis. (OLIVEIRA, 2003.) Como são escolhidos os heróis? Descontrói-se os heróis pensando sobre como eles criados; porque havia essa necessidade de se ter um herói ou mais? Podemos estabelecer relações entre a nomeação de heróis (panteão nacional) e a própria perspectiva de História contida nesse processo.

É necessário ressaltar que o exercício de lembrar é, sobretudo, um exercício de poder. Essa memória veio sendo forjada de acordo com as demandas do presente de quem lembra. Como disse Pierre Nora “Há lugares de memória porque não há mais meios de memória.” Existem lugares onde a memória se cristaliza ou pretende se cristalizar.

O papel da reflexão histórica é lidar com seus heróis como invenção, como construção de uma memória temporalmente situada. Pretende-se perceber a historicidade dessas produções, levando em consideração o caráter seletivo da memória. Os heróis não são eleitos de forma inocente, encontramos aí configuradas relações de poder que se expressam no ato de rememorar, eleger, nomear heróis. Por muitas vezes – a ideia de construir um passado comum, e de legitimação. São os usos do passado que nos interessam.

Margareth Rago em seu texto “O Historiador e o tempo” nos fala sobre a singularidade do acontecimento histórico, então devemos perguntar em que contexto esse herói é estabelecido enquanto tal? Segundo Rago, o contexto passa a ser objeto de reflexão tam-

bém, é outro texto. (RAGO, 2005, p.28) Assim percebemos a historicidade dos acontecimentos, a construção de heróis se situa em um espaço e tempo bem determinados. Podemos pensar também que um “mesmo herói” é construído de diferentes formas em espaços e tempos diferentes.

## Os Livros de Educação Moral e Cívica e Seu Panteão

Segundo Circe Bittencourt o livro didático (ou manuais escolares) apresenta um papel político, estão ligados intrinsecamente ao processo de transformação da própria disciplina, notadamente no que diz respeito as suas finalidades. (BITTENCOURT: 2008) Esse livro didático está inserido em uma comunidade de leitores e ambiente específicos. Esses fatores devem ser levados em consideração quando se pensar sobre eles, os mesmos são uma materialidade própria, com sua forma e conteúdo.

Delimitamos um recorte dentro da História do Brasil em que os livros didáticos ficaram repletos de heróis, formando assim um verdadeiro “Panteão Cívico”. O livro de Educação Moral e Cívica surgiu de uma demanda daquele regime que se instaurava no Brasil a partir de 1964. Como coloca Circe Bittencourt o livro didático é um “suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época.” (BITTENCOURT,1993, p. 3)

De acordo com a historiografia brasileira, o período em que o Brasil viveu sobre uma Ditadura civil militar o ensino de História foi resumido a uma “Educação” Moral e Cívica. Como podemos notar também na leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

No Brasil, entretanto, os anos de autoritarismo institucionalizado, pós-64, tornaram as Ciências Humanas suspeitas e baniram do “ensino de 1º grau” a História e a Geografia, dissolvidas nos “Estudos Sociais”, que incluíam a “Educação Moral e Cívica”, tentativa de atualização para as massas de

uma educação de caráter moral, sem o componente cultural próprio às humanidades. No Ensino Médio, História e Geografia sobreviveram, ao lado da “Organização Social e Política do Brasil”, espécie de Geopolítica aplicada a noções básicas de Sociologia, Política e Direito. (BRASIL, 2006, p 7)

Percebendo a historicidade da ideia de educação moral e cívica, que neste momento histórico era pensada a partir de uma “cultura cívica”, e que justificava sua importância pela necessidade de uma formação moral e patriótica diante à chamada “ameaça comunista”.

As crianças e jovens eram vistos como alvos fáceis de manipulação por parte dessa ameaça que parecia estar em todos os lugares, e que também por isso a EMC se configuraria como mais que uma disciplina, deveria ser uma prática ativa em todas as situações da escola, fomentando um “amor à pátria” e um respeito à ordem estabelecida. Segundo Thais Nívia:

*O regime militar, instalado em 1964, só fez aprofundar algumas das características já presentes no ensino de História na escola fundamental e média do país. No que diz respeito as concepções de História inerentes a esse ensino, não houve grandes transformações, tendo permanecido a herança tradicional, de longa data, a orientá-lo. (NÍVIA, 2011, p.55)*

Os livros didáticos de Moral e Cívica nos serviram aqui como fonte para reflexão histórica e diante dessas questões, nosso objetivo é perceber como os livros didáticos da disciplina de “Moral e Cívica” pensavam a História; o que elegiam como relevante e como aparecia dentre os outros conteúdos. Entender essa apropriação dos livros didáticos como instrumento legitimador do discurso de exaltação nacional. Procurando perceber, sobretudo quais personagens foram eleitos nesse período, enquanto heróis nacionais. Ainda segundo os PCN's é:

*(...) necessária superação dos “anos de chumbo” da história recente do País, com todas as suas conseqüências nefastas*



para o convívio social e, em especial, para a educação. Eis as novas responsabilidades que as Ciências Humanas assumem hoje frente à sociedade brasileira e aos estudantes do nível médio. (BRASIL, 2006, p 8)

Os livros didáticos de Moral e Cívica passavam pelo crivo da Comissão Nacional de Moral e Civismo esses livros se adequavam a uma demanda do mercado, estavam inseridos em um contexto específico. Segundo a referida comissão a Educação de Moral e Cívica deveria formar o cidadão para o combate às ideias comunistas.

Analisando os livros didáticos, podemos identificar as concepções dos autores e editores sobre cidadania, civismo, moral e como essa disciplina proporcionaria a formação de cidadãos dignos e preparados para o exercício pleno da cidadania e do amor à pátria.

Devemos lembrar aqui que a proposta da Educação Moral e Cívica era a de formar o cidadão um sujeito cívico, portanto essa disciplina se coloca como uma prática educacional. A temática do Civismo, não só está presente, como constitui a própria disciplina de Educação Moral e Cívica. Ela aparece quase sempre ligada à ideia de ação dos sujeitos. Isso fica claro quando pensamos sobre o termo comumente usado que é: “Virtudes Cívicas”.

Em um dos livros analisados “Moral e Civismo. Livro IV” logo no prefácio pode-se notar qual perspectiva de História presente naquele livro:

Querido aluno: As páginas deste livro são dedicadas ao desenvolvimento de sua formação moral e cívica. Elas registram os mais significativos fatos de nossa História, que servem de exemplo e orientação à nossa vida como cidadãos. Incluem, também, a explicações de ideais sadios que não são destruídos pelo tempo. (BRAZ;NASCIMENTO;COSTA:1978, p.1)

Nos chama muita atenção a enorme presença dos chamados “Vultos da Pátria” nesses livros. É importante não perder de vista que esses vultos estão presentes na maioria dos livros, ora em

capítulos dedicados a eles, ora diluídos nos outros capítulos. Mas a presença deles é de fato sintomática. Essas temáticas ligadas à figura do herói e à importância da formação cidadã estão bem próximas na maioria dos livros, falar em virtudes cívicas é também lembrar personagens dignos dessa lembrança, os chamados heróis nacionais.

A necessidade de heróis para chamar de seus tem presença marcante nos livros didáticos de moral e cívica em geral. A fala sobre esses personagens segue um modelo de biografia, elas são curtas e geralmente acompanhadas de fotografias, vem ressaltando fatos importantes da vida desses “heróis”, já que a partir delas que se mostra o exemplo. Partindo do pressuposto de que quem biografa fala, sobretudo, de si é que lemos essas pequenas biografias espalhadas nos livros.

Tiradentes que é sem dúvida um dos que mais presentes. No Moral e Civismo IV ele tem um poema em sua homenagem, cujo conteúdo é: “E é forte, magnífico, viril serenamente como os bravos morrem que ele sabe morrer pelo Brasil!”

Vemos que esse exemplo de homem é ressaltado por características que ressaltam assim sua masculinidade, o lugar do homem naquela sociedade. E assim como nesse livro, Tiradentes é comumente lembrado por sua bravura, em alguns livros chega-se a falar em um controle também dessa bravura, que sem exageros só servia para o bem. Além de ganhar espaço com as biografias e poemas ele também teve espaço nas imagens, estas relacionadas aos próprios textos. Tiradentes aparece como forte mesmo nas imagens em que esta com a corda do enforcamento. Esse personagem é apropriado aqui dessa maneira, como homem viril e herói da pátria a ser imitado.

A nossa intenção não é saber se Tiradentes foi ou não viril e corajoso que lutou pela pátria, mas sim como esse passado foi acionado no presente determinado. Como essa memória em torno de um panteão foi sendo construída, ou reapropriada nesse período.

Porém, tais como ele, são vários os homens e mulheres ilustres (homens em sua grande maioria) que foram eleitos para figurar no panteão cívico, para servir de exemplo. Uma memória com caráter uniformizador, esforço de uma construção de memória oficial, podemos pensar na esteira de Michael Pollak entendendo: “A que ponto o presente colore o passado”. (POLLAK, 1989, p.3-15)

No livro chamado “Breviário Cívico” do autor: Coelho Netto, é ressaltado o amor à pátria, naturalizando esse sentimento, e mais uma vez trazendo essa ideia de História ligada ao exemplo, “maestra vitae”: “Assim como amamos a terra da Pátria devemos prezar pela sua história, que é o celeiro eterno onde se recolhem as colheitas do heroísmo dos que passaram pela vida semeando exemplos.” (NETTO, 1970, p.15)

Existia nos livros fortemente esse discurso de que todos deveriam se espelhar nesses grandes exemplos, segundo Thais Nívia nesse período de Ditadura Militar, “A História Tradicional se adequava aos interesses do Estado autoritário, na medida em que apresentava o quadro de uma sociedade hierarquizada, cuja vida seria conduzida de cima para baixo (...)” (FONSECA, 2006, p. 56).

### Referências Bibliográficas

- BRASIL*. Ciências Humanas e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006. 133p. (Orientações curriculares para o Ensino Médio; volume 3)
- BRAZ*, Maria. COSTA, João. NASCIMENTO, José C. Moral e Civismo. Livro IV. 1971. (5ª edição 1978.)
- FONSECA*, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de história. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.
- LOWENTHAL*, David. Como conhecemos o passado. In: Projeto História, n.17. Novembro de 1998.

*NETTO*, Coelho. Breviário Cívico. RJ- Editora Científica/ 1970. 4ª edição.

*NORRA*, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: Projeto História, n.10, São Paulo, PUC-SP. 1993.

*OLIVEIRA*, Lúcia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; RODEGHEIRO, Carla Simone. História cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

*POLLAK*, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. n.3, 1989, p3-15.

*SEFFNER*, Fernando. O herói e o mito no espaço da sala de aula de História: algumas impressões. In: FELIX, L;ELMIR, C. Mitos e heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: UFRGS. 1998. P 195-205.

*SILVA*, Marcos; *FONSECA*, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História, vol. 30, nº 60. P13-33. 2010.